



A Santa Sé

**DISCURSO DO SANTO PADRE JOÃO PAULO II
AO NOVO EMBAIXADOR DO EQUADOR
JUNTO À SANTA SÉ POR OCASIÃO DA
APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

Segunda-feira, 11 de março de 2002

Senhor Embaixador

1. É com prazer que o recebo nesta Audiência durante a qual Vossa Excelência me apresenta as Cartas Credenciais que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Equador. Ao recebê-las, dou-lhe também as boas-vindas e exprimo-lhe os meus melhores votos para o desempenho da nobre responsabilidade que o seu Governo lhe confiou, com a finalidade de fortalecer e incrementar as boas relações diplomáticas já existentes entre o seu País e esta Sé Apostólica.

Nas amáveis palavras que me dirigiu, Vossa Excelência referiu-se ao passado, ao presente e ao futuro do povo equatoriano, cuja trajectória e identidade se encontram constantemente com as suas raízes cristãs, com a intensa actividade evangelizadora da Igreja e com o seu incansável compromisso de promover em todos os aspectos uma vida digna para todos os seus cidadãos. Como tive ocasião de dizer aos equatorianos durante a minha inesquecível visita a essa querida Nação, "o Papa leva-vos no seu coração e pede a Deus, para vós, o alimento para o corpo e para o espírito" (*Discurso em Guasno, Guaiquil, 1/2/1985, 7*).

Peço-lhe que transmita ao Senhor Presidente, Dr. Gustavo Noboa Bejarano, a minha cordial saudação e lhe exprima o meu profundo apreço pelo povo equatoriano, que me recebeu com tanto entusiasmo e manifestou o seu afecto e adesão ao Sucessor de Pedro.

2. As relações diplomáticas entre o Equador e a Santa Sé regem-se, como Vossa Excelência assinalou, pelo *Modus vivendi*, do qual se completam agora 65 anos e que deu abundantes frutos de cooperação no respeito e apreço recíprocos, em benefício do povo equatoriano. Os tempos e

as circunstâncias, recentemente, exigiram que fossem tomadas novas medidas, com o Decreto sobre o Culto, de 16 de Janeiro de 2000, que melhora alguns aspectos administrativos do reconhecimento jurídico das instituições eclesiais. De facto, não só a realidade em mutação exige que se adapte em tempos oportunos os instrumentos legais, nacionais e internacionais, mas também que uma relação verdadeiramente cordial encontre todos os dias novos aspectos nos quais possa crescer e fortalecer-se. Por isso deve ser esclarecida qualquer dúvida infundada ou pontos de vista que impeçam que as duas partes dêem o melhor de si.

De facto, a Igreja e o Estado, nos seus respectivos âmbitos, têm como finalidade comum o bem material e espiritual da própria pessoa humana num determinado momento da história. Por isso a Igreja estimula todos os fiéis para que, com o espírito e a energia que provêm do desejo de servir o próximo de acordo com o principal mandamento de Cristo, se esforcem por promover acções que favoreçam um progresso autêntico, contribuindo assim para o bem comum e para o bem-estar do seu país.

3. É bem conhecida a intensa actividade que a Igreja, no cumprimento da sua missão evangelizadora e através dos seus pastores e sacerdotes, das pessoas consagradas, dos movimentos e instituições de vários tipos, ou com o contributo pessoal de numerosos fiéis, exerce em favor de todos os equatorianos. Foi também bastante solícita, sobretudo nos momentos de particular dificuldade que o País viveu nos últimos anos, em procurar colaborações extraordinárias, quer directamente, através das suas instituições internacionais, quer através dos seus apelos à solidariedade feitos a outras Nações. Desta forma, procura realizar o seu esforço para edificar uma autêntica "cultura da solidariedade" (*Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz, 1/1/2001, 17*). É um esforço que se insere no seu infatigável labor por uma ordem mundial que salvasse os valores éticos fundamentais e proteja as instituições básicas da sociedade, como o matrimónio e a família.

Neste contexto reveste especial importância a solicitude e a educação das novas gerações, chamadas a ser protagonistas do futuro e artífices da comunidade pátria. Por isso, é imprescindível que todos os equatorianos, de qualquer classe ou condição, tenham acesso a uma formação integral, na qual os conhecimentos humanistas e técnicos sejam integrados pelos valores éticos e pela abertura à dimensão transcendente e religiosa da existência, respeitando escrupulosamente o direito que as famílias têm de escolher o tipo de educação que desejam para os seus filhos. A frutuosa colaboração entre a Igreja e o Estado neste âmbito originará um bem precioso para toda a comunidade nacional. Portanto, é desejável que as legislações e acordos neste aspecto respeitem fielmente as mencionadas exigências, que são um direito dos cidadãos, que sejam aplicadas com rigor em todo o território e ofereçam os meios adequados para as tornar efectivas, principalmente quando se trata de atender a população mais desfavorecida.

4. É sem dúvida compreensível que a situação económica do País ocupe um lugar preferencial entre as preocupações do governo e do povo equatorianos. De facto, a crise não só torna mais

agudos os problemas sociais já existentes e obscurece a esperança dos cidadãos num futuro melhor, pelo menos a breve prazo, mas desencadeia também fenómenos lamentáveis, como a deficiência na garantia da assistência social ou no campo da saúde, a falta de lugares de trabalho e a paralização de projectos de desenvolvimento e promoção nos sectores mais necessitados. Senhor Embaixador, tenha a certeza de que a Igreja não permanece insensível perante tantos dramas pessoais, familiares e sociais causados por uma situação como esta. Faz e continuará a fazer quanto for possível para estar muito próxima do povo equatoriano, contribuindo com todo o tipo de ajuda que estiver ao seu alcance, sobretudo dos mais necessitados, que muitas vezes são também os mais esquecidos no momento de distribuir os recursos disponíveis.

A Igreja assume estas tarefas em fidelidade à sua própria doutrina social, que "por si mesma, tem o valor de um instrumento de evangelização" (*Centesimus annus*, 54), sem pretender intrometer-se, suprir ou substituir as competências dos que têm a responsabilidade de governar a sociedade civil. Mas está convencida de que o seu tradicional apelo para que as questões económicas não deixem de lado a dimensão ética, as repercussões sociais e o valor irrenunciável da dignidade humana, contribui também para o progresso harmonioso dos povos. De facto, um progresso dos povos, que seja estável e integral, exige a honestidade dos seus administradores, a igualdade na distribuição dos bens e uma consciência de responsabilidade e solidariedade entre todos os cidadãos, isto é, aqueles valores éticos sem os quais se pode aumentar a produção, mas não se podem obter os bens verdadeiros.

5. Nos últimos anos, no Equador, tornou-se mais crítico um dos fenómenos mais complexos e dramáticos da crise económica, ou seja, a emigração de muitos dos seus cidadãos para outros países. À incerteza de quem parte em busca de melhores condições de vida junta-se o problema do desenraizamento cultural, o perigo da desorientação religiosa com o afastamento das suas manifestações tradicionais e, em muitos casos, a dolorosa dispersão do núcleo familiar, não esquecendo as funestas consequências de tantos casos de ilegalidade e clandestinidade.

Apesar de saber que "em matéria tão complexa, não existem fórmulas "mágicas"" (*Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz*, 1/1/2001, 13), a Igreja não se limita a recordar o princípio ético fundamental de que "os imigrados hão-de ser sempre tratados com o respeito devido à dignidade de cada pessoa humana" (*ibid.*), pondo em movimento todos os seus recursos para os apoiar da melhor forma possível. De facto, com muita frequência, as igrejas e outras instituições católicas são para eles o principal ponto de referência para se reunir, celebrar as suas festas, mantendo viva a sua identidade pátria, e onde podem encontrar um válido apoio, e muitas vezes o único, para defender os seus direitos ou resolver situações difíceis.

Mas a acção desempenhada nos países de destino, deve ser acompanhada por uma decidida atenção a este problema no País de origem, porque é ali que ele se gera na maioria dos casos. Por isso, devem combater-se, antes de mais, as causas devido às quais muitos cidadãos se vêem quase obrigados a deixar a sua terra e, quando o fenómeno não pode ser evitado

completamente, deve impedir-se com todos os meios qualquer forma de ilegalidade, corrupção ou até a delinquência impiedosa que muitas vezes converte os emigrantes num moderno e cruel tráfico de escravos. Por outro lado, os equatorianos residentes no estrangeiro não devem sentir-se esquecidos pelo seu País, o qual, por vezes com meios simples, pode proporcionar-lhes atenções e serviços que os ajudem a manter vivo o afecto pela sua terra e o legítimo orgulho da sua origem.

6. As recentes iniciativas de diálogo entre as autoridades do Estado e os diversos grupos étnicos, com a finalidade de melhorar o entendimento e alcançar uma maior participação na vida e nos recursos da nação, são um sinal de esperança a que se deve dar continuidade. Seguindo por este caminho, o Equador pode chegar a ser, no contexto dos Andes, exemplo e promotor da convivência e da paz.

Com efeito, o diálogo, mesmo se às vezes pode parecer um método lento e cheio de dificuldades, é sempre a forma mais adequada para resolver os principais problemas, internos e externos, alcançando assim os frutos desejados para o bem de todo o povo equatoriano. Com ele desenvolve-se o aspecto mais nobre e profundo do ser humano, como a força da razão e da verdade, promove-se a compreensão recíproca, exerce-se o apreço dos valores do próximo e suscitam-se atitudes de concórdia, solidariedade e colaboração. Por isso os seus resultados são mais duradouros e a sua prática constante é fonte de enriquecimento para todos.

7. Senhor Embaixador, tenho a certeza de que, como no passado, a Igreja no Equador continuará a oferecer o seu contributo positivo para o processo de consolidação da união entre os vários sectores da sociedade civil, o espírito de convivência pacífica e de solidariedade entre todos, o qual há-de favorecer também a consolidação das instituições políticas e cívicas, que velam pelo bem público da nação.

Renovo-lhe, Senhor Embaixador, as minhas boas-vindas e imploro o Todo-Poderoso para que ajude Vossa Excelência e os seus colaboradores no desempenho da sua nobre missão, enquanto confio nas mãos maternas de Nossa Senhora da Apresentação de Quinché a protecção celeste do querido povo equatoriano.